

## A lira e o poeta

A disputa interna no PMDB da Bahia em torno da candidatura à Prefeitura de Salvador pelo menos produziu uma obra de inspiração poética. O presidente Sarney poderia louvar-se no estro do poeta baiano e compor um poema cujo verso inicial seria: "Olhos postos no Maranhão...". Dir-se-á que a abertura não lembra a célebre peça camoniana em que o poeta recorda os tempos felizes e lamenta sua situação, longe da terra natal. Mas por acaso poderão os imortais de hoje igualar-se à grandeza lírica dos de antigamente?

O verso tem sua razão de ser. Não falamos na siderúrgica que se instalará na terra do presidente, nem no empenho deste em construir a Nordeste-Sul, nem, muito menos, na nomeação do governador de Brasília, que parece encontrar algumas dificuldades constitucionais ou de ordem pessoal. Referimo-nos à nostalgia do presidente, que permanece de olhos voltados para a terra natal, desconhecendo a crise geral que assola o País. Crise que se expressa na indecisão morna que cerca os atos da administração, no firme empenho do grupo decisório do Planalto em evitar providências saneadoras das finanças que venham a comprometer a imagem do chefe da Nação num ano em que se travarão eleições para as prefeituras das capitais, e, no próximo, quando se elegerá o presidente da República, e, no seguinte, quando o governo do Maranhão será arduamente disputado. Tendo conseguido impor-se, quando governador do Maranhão, à oligarquia então reinante, o sr. José Sarney sente-se tentado a construir a sua própria. Afinal, por que não? Se o filho pode ser candidato à governança, por que o pai não pode voltar ao Senado, de novo ungido pelas urnas, em 1990? *Politique d'abord*. O presidente tem este lema perpetuamente sob seus olhos e, político há 27

anos ou mais, sabe como as coisas devem ser feitas para que tudo dê certo ao final.

Existem nuvens pressagas no horizonte, porque a inflação foi maior do que a prevista nas negociações com o FMI, o que talvez obrigue a novos desdobramentos na frente externa. Nem por isso o Executivo criará condições para que chamem o ministro Mailson da Nóbrega de novo Joaquim Murinho, e o presidente Sarney de novo Campos Salles. É tendo em vista a imagem popular que se terá do governo, agora nas eleições para as capitais e nas grandes cidades dos Estados, que o Executivo toma decisões. Agradem ou não àqueles que temem que a crise transborde do leito econômico para as margens institucionais, essa é a política que será seguida pelo Executivo. Atente-se para circunstância da maior relevância para os desígnios do presidente Sarney: os temores de possível transformação da qualidade da crise, de econômica em institucional, já levaram algumas lideranças de peso no Congresso a cogitar de moderar as críticas ao chefe do Executivo. Sabendo que todos temem o que possa suceder ao País numa solução anormal, o presidente, gostosamente, põe os olhos na bela São Luís. Só lhe falta a lira para cantar o incêndio da República.

Apenas a perspectiva eleitoral do mais baixo descortino político pode permitir entender as razões pelas quais o presidente autoriza seus líderes a comunicar ao Congresso que o déficit público será cortado, mas sem atingir funcionários. A lógica eleitoral permite compreender a irresponsabilidade; o que não se entende é a teimosia em não suprimir ministérios e repartições, com o que se ganhariam pelo menos alguns carros oficiais, que poderiam ser vendidos ou redistribuídos, e o combustível que se economizaria. A menos que o

prestígio do chefe do Executivo esteja tão baixo que não possa dispensar o voto de três congressistas, ou meia dúzia que seja, nada explica o empenho em ter um Ministério tão grande.

O quadro é de absoluto desprezo pelo futuro. Não que o presidente Sarney não goste do poder. Gosta e como! Não deseja, porém, aceitar os ônus do exercício dele em época de crise, os quais são enormes. Por não querer ser impopular, s. exa. admite que a batalha do orçamento para 1989, que no fundo é a batalha do déficit público, possa prolongar-se mais do que o necessário. É que talvez ainda jogue com a possibilidade de a nova Constituição não ser promulgada até setembro, com o que o Executivo poderia contar, na execução orçamentária de 1989, com receitas que permanecerão em poder da União. Assim, de nada adianta os ministros do Planejamento e da Fazenda terem trabalhado com a hipótese de no próximo ano a União dever enxugar seus quadros para suportar a sangria que a reforma tributária lhe imporá. O presidente não permitirá que a burocracia (que imagina controlar) perca poder sobre os Estados e municípios; nem muito menos imporá aos burocratas sacrifícios que, na iniciativa privada, se impõem sempre que a situação da empresa exige.

O presidente decidiu não demitir, cedendo às pressões dos políticos e dos burocratas. Terá assim de cortar em material permanente e de expediente e em investimentos. Deverá, pois, em 1989, conduzir o País a uma recessão maior do que a que se prenuncia. Tudo isso porque tem olhos voltados exclusivamente para as ruas da antiga e bela São Luís do Maranhão.

Este final dramático de uma época não merece pelo menos um poeta que a cante?